

Parecer de Relator Especial 2/2024

Protocolo 37781 Envio em 24/01/2024 14:27:37

Ao Projeto de Lei Complementar nº. **001/2024**

Autor: **Sr. Prefeito Municipal ANTONIO TAKASHI SASADA**

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos servidores do magistério público municipal, e dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024.

RELATÓRIO

Nomeado pela Presidência da Casa para analisar e exarar parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº. 001/2024, relato a seguir, como Relator Especial, as observações que julgo pertinentes à matéria.

Este Projeto visa reajustar os vencimentos dos servidores públicos municipais, dos servidores do magistério público municipal e dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde.

O reajuste aplicado aos vencimentos dos servidores públicos municipais e dos servidores do magistério público municipal levou em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, que fechou 2023 com alta acumulada de 4,62% (quatro inteiros e sessenta e dois centésimos por cento).

O reajuste aplicado aos vencimentos dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde levou em consideração o valor do salário-mínimo nacional (R\$ 1.412,00) e o disposto na Emenda Constitucional nº. 120/2022.

A alteração promovida por esta lei complementar se estende aos proventos básicos dos aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Municipal de Seguridade Social (IMSS).

Ainda, conta a presente propositura com o Demonstrativo da Geração de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado, demonstrando os efeitos da implementação e o impacto financeiro e orçamentário das medidas ora propostas, em atenção ao disposto no art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A proposição se enquadra quanto aos aspectos de iniciativa e competência, nos termos do 55, § 3º, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com art. 201, inciso II do Regimento Interno e art. 30, inciso I, da Constituição Federal.

Ademais, o art. 5º deste Projeto determina que a vigência da Lei dar-se-á na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de janeiro de 2024.



Após analisar a matéria e não encontrando vícios que possam impedir sua tramitação, emito **PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2024**, reservando ao Plenário a decisão final.

Palácio Legislativo Água Grande, 24 de janeiro de 2024.

JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR
Relator

Parecer de Relator Especial 2/2024 Protocolo 37781 Envio em 24/01/2024 14:27:37
Assinado digitalmente conforme Resolução nº 113, de 06 de julho de 2021, por José Roberto Baptista Junior.
Este documento é uma cópia da versão original disponível em: https://sapl.paraguacupaulista.sp.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2024/20833/20833_original.pdf

